



Ciências Sociais Aplicadas: As Relações como Meio de Compreender a Sociedade

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020



Ciências Sociais Aplicadas: As Relações como Meio de Compreender a Sociedade

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

- Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional

Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico

Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia

Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá

Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais

Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos

Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo

Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas

Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná

Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Ciências sociais aplicadas: as relações como meio de compreender a sociedade

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Luciana Pavowski Franco Silvestre

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciências sociais aplicadas: as relações como meio de compreender a sociedade / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-474-0
DOI 10.22533/at.ed.740201610

1. Ciências sociais aplicadas. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco (Organizadora). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta o e-book “Ciências Sociais Aplicadas: As relações como meio de compreender a sociedade”. São ao todo vinte e um artigos que apresentam pesquisas relacionadas as áreas de turismo, educação, política, trabalho, desenvolvimento econômico e um artigo relacionado a política pública de assistência social e direitos socioassistenciais.

Os temas são abordados a partir de diferentes perspectivas teóricas, e os autores e autoras propõe-se a identificar e analisar as relações existentes entre as temáticas com elementos contextuais e aspectos territoriais, contribuindo para a realização de estudos, com uma perspectiva mais ampliada e aprofundada das relações presentes na sociedade brasileira.

Nos artigos em que o tema turismo foi abordado, identifica-se análises relacionadas com as manifestações culturais, o lazer, questões étnicas vinculadas a uma comunidade quilombola e desenvolvimento sustentável.

Na temática relacionada a educação, identifica-se a realização de pesquisas vinculadas a educação infantil e as universidades, bem como, entre este tema e os hábitos de leitura, violência física entre estudantes, contratação de pessoas com deficiência e inserção de pessoas com mais de 50 anos no ensino superior.

Os movimentos populares, os aspectos ideológicos, as relações com o meio ambiente e as urnas eletrônicas constituem os aspectos que fizeram parte das análises vinculadas a política.

Para finalizar, são apresentadas as pesquisas que trataram sobre os temas trabalho e desenvolvimento econômico. Os artigos apresentados analisam a relação com as atividades comerciais locais, capital improdutivo, precarização das relações trabalhistas, questões de gênero, marca e marketing.

Com esta breve apresentação é possível identificar a amplitude das análises e pesquisas que são apresentadas neste e-book. Esperamos que a leitura realizada possa contribuir para novas reflexões e outras aproximações sobre as relações presentes no atual contexto da sociedade brasileira.

Boa leitura a todos e a todas.

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

DOCUMENTAÇÕES E TURISMO: PROCESSOS E REGISTROS DE VIAGENS INTERNACIONAIS PARA BRASILEIROS

Carla Ferreira de Moraes

Leandro Gracioso de Almeida e Silva

Pollylian Assis Madeira

DOI 10.22533/at.ed.7402016101

CAPÍTULO 2..... 16

ESCALADA EM ROCHA COMO MANIFESTAÇÃO CULTURAL DE LAZER EM MONTES CLAROS/MG

Jarbas Pereira Santos

Marilda Teixeira Mendes

Michela Abreu Francisco Alves

Irene Menegali

Maria Auxiliadora Pereira Figueiredo

DOI 10.22533/at.ed.7402016102

CAPÍTULO 3..... 28

TURISMO ÉTNICO-CULTURAL NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PIQUI DA RAMPA, CONTRIBUINDO COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, NA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

Wilson de Carvalho Rosa Filho

DOI 10.22533/at.ed.7402016103

CAPÍTULO 4..... 42

PANORAMA DA EVOLUÇÃO DOS *ADVENTURE GAMES*

Camila Brandão Bisson

Leonardo Antonio de Andrade

DOI 10.22533/at.ed.7402016104

CAPÍTULO 5..... 68

PCDS A DEMANDA PRESENTEADA: UMA ANÁLISE DO CENÁRIO DA OBRIGATORIEDADE DA CONTRAÇÃO, DIANTE UM CENÁRIO DE EDUCAÇÃO

Daniel Andrei Rodrigues da Silva

Tamara Wildner

Tatiane Barichello Zorzo

DOI 10.22533/at.ed.7402016105

CAPÍTULO 6..... 77

DIREITO E EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR

Fabrine Antonello

Jaqueline Antonello

DOI 10.22533/at.ed.7402016106

CAPÍTULO 7..... 86

**HÁBITOS DE LEITURA E COMPREENSÃO DE RÓTULOS DE ALIMENTOS:
UMA AVALIAÇÃO EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS**

Carina Carvalho Novaes
Géssica Coelho Alencar
Maria Carolina Barros Costa
Marianne Louise Marinho Mendes

DOI 10.22533/at.ed.7402016107

CAPÍTULO 8..... 94

**AS NARRATIVAS NOS LIVROS DE OCORRÊNCIAS: UMA ANÁLISE DAS
PRÁTICAS DE VIOLÊNCIA FÍSICA ENTRE OS ESTUDANTES**

Sergivano Antonio dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.7402016108

CAPÍTULO 9.....118

**A UNIVERSIDADE PARA QUEM TEM MAIS DE 50 ANOS: UM ESTUDO DE CASO
EM UMA IES DO MEIO OESTE DE SANTA CATARINA, BRASIL**

Juciele Marta Baldissarelli
Adelcio Machado dos Santos
Monica França dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.7402016109

CAPÍTULO 10..... 130

**DOM JOSÉ RODRIGUES: SEU PAPEL POLÍTICO E EDUCATIVO JUNTO ÀS
CAMADAS POPULARES NO BOLETIM “CAMINHAR JUNTOS”**

Jônatas Pereira do Nascimento Rosa
Edonilce da Rocha Barros
Andréa Cristiana Santos

DOI 10.22533/at.ed.74020161010

CAPÍTULO 11 144

**A MILITÂNCIA COMO MANDAMENTO OU EXISTE POSSIBILIDADE
DE VISÕES PLURAIS NAS AULAS DE HISTÓRIA? APONTAMENTOS
PRELIMINARES**

Manoel Adir Kischener
Everton Marcos Batistela
Airton Carlos Batistela
Mariza Rotta

DOI 10.22533/at.ed.74020161011

CAPÍTULO 12..... 160

**AMAZÔNIA: AS NUANCES COMUNICACIONAIS AOS OLHOS DA ESTRATÉGIA
ELEITORAL/GOVERNAMENTAL DE JAIR BOLSONARO E EMMANUEL
MACRON**

Gustavo Koetz Vaccari
Roberto Gondo Macedo

DOI 10.22533/at.ed.74020161012

CAPÍTULO 13..... 174

A LOGÍSTICA NO SETOR PÚBLICO: O CASO DAS URNAS ELETRÔNICAS NA JUSTIÇA ELEITORAL DO AMAZONAS

Karina Lopes Cidade

Marcos Carneiro da Silva

DOI 10.22533/at.ed.74020161013

CAPÍTULO 14..... 189

COLONIALIDADE E PRÁTICAS ALIMENTARES NO GOVERNO DE JANARY NUNES

Lúcia Tereza Ribeiro do Rosário

Antônio Sérgio Monteiro Filocreão

DOI 10.22533/at.ed.74020161014

CAPÍTULO 15..... 197

O MARKETING DE RELACIONAMENTO E CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADO DE MARCA.

COMPLEXIFICAÇÃO CONCEITUAL E NOVOS COMPORTAMENTOS DE CONSUMO

Guaracy Carlos da Silveira

Fernando Augusto Carvalho Dineli da Costa

DOI 10.22533/at.ed.74020161015

CAPÍTULO 16.....211

CRESCIMENTO ECONÔMICO, UBERIZAÇÃO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

Railson Marques Garcez

DOI 10.22533/at.ed.74020161016

CAPÍTULO 17..... 224

A INCLUSÃO DE UMA MICROEMPRESA NO MERCADO BAGEENSE ATRAVÉS DA PESQUISA DE MERCADO

Hallana Pereira Ortiz

Vinícios Oliveira da Rosa

Aldemi Silveira Leon

Lóren Formiga de Pinto Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.74020161017

CAPÍTULO 18..... 240

O CÂMBIO NA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL-COLÔMBIA-PERU E SEUS REFLEXOS NA ATIVIDADE COMERCIAL LOCAL

Giselly Mayara Mesquita de Paiva

Nicolas Andretti de Souza Neves

Ronaldo Cardoso da Silva

DOI 10.22533/at.ed.74020161018

CAPÍTULO 19..... 254

O EMPREGO DOMÉSTICO E AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO MUNDO DO

TRABALHO: O EMPODERAMENTO DAS MULHERES E A BUSCA DA IGUALDADE

Elaine Aparecida Fonsêca Tavares

Maria Olímpia de Jesus Sousa

Soraia Veloso Cintra

Luciene da Silva Pereira

DOI 10.22533/at.ed.74020161019

CAPÍTULO 20..... 265

A ERA DO CAPITAL IMPRODUTIVO: UMA RESENHA CRÍTICA

Marcus Vinicius Gomes Pereira

DOI 10.22533/at.ed.74020161020

CAPÍTULO 21..... 277

ASSISTENCIA SOCIAL E DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS: O MUNICÍPIO DE CACHOEIRA/BA

Heleni Duarte Dantas de Àvila

Jucileide Ferreira do Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.74020161021

SOBRE A ORGANIZADORA..... 287

ÍNDICE REMISSIVO..... 288

CAPÍTULO 21

ASSISTENCIA SOCIAL E DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS: O MUNICÍPIO DE CACHOEIRA/BA

Data de aceite: 01/10/2020

Heleni Duarte Dantas de Àvila

POSTERR/CAHI/UFRB
Cachoeira/BA

<http://lattes.cnpq.br/0731461399978692>
<https://orcid.org/0000-0001-7916-3686>

Jucileide Ferreira do Nascimento

POSTERR/CAHI/UFRB
Cachoeira/BA

<http://lattes.cnpq.br/7133915187509566>
<https://orcid.org/0000-0003-3890-6847>

RESUMO: Este trabalho é resultado de projeto de pesquisa e estudos de docentes e discentes do curso de serviço social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, que tem como escopo apresentar a situação da política de assistência social no município de Cachoeira/BA. A política de Assistência Social, que compõe o tripé da seguridade social, possui um conjunto de regras e instrumentos para a sua operacionalização: Conselho de Assistência Social; Fundo de Assistência Social; e Plano de Assistência Social. Esses mecanismos de gestão, são os principais instrumentos para materialização da política nos municípios brasileiros, e essa pesquisa buscou compreender a forma de organização e funcionamento dos mesmos no município de Cachoeira.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência social, direitos, benefícios, gestão municipal.

SOCIAL ASSISTANCE AND SOCIAL ASSISTANCE RIGHTS: THE MUNICIPALITY OF CACHOEIRA/BA

ABSTRACT: This work is the result of a research project and studies by teachers and students of the social service course at Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, whose scope is to present the social assistance policy situation in the municipality of Cachoeira / BA. The Social Assistance policy, which forms the social security tripod, has a set of rules and instruments for its operationalization: Social Assistance Council; Social Assistance Fund; and Social Assistance Plan. These management mechanisms are the main instruments for the materialization of the policy in the Brazilian municipalities, and this research sought to understand the form of organization and operation of the same in the municipality of Cachoeira.

KEYWORDS: Social assistance, rights, benefits, municipal management.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 em seus artigos 203 e 204, instituiu um sistema de proteção social cujas garantias devem ser viabilizadas pelas políticas setoriais responsáveis pela materialização dos direitos sociais. A carta magna estabeleceu a municipalização e a descentralização político administrativa delegando para os municípios a implantação dos sistemas de proteção e garantias de direitos. Dentre as políticas setoriais

responsáveis pela materialização desse sistema brasileiro de proteção destaca-se, para o presente trabalho, a de Assistência Social, integrante da seguridade social brasileira.

A Assistência Social como política pública, representa uma conquista para a área da proteção social, tendo em vista que o Estado passa a ter responsabilidade compartilhada entre os entes federativos (União, estados e municípios) na construção de respostas públicas as necessidades da população, a partir da oferta dos benefícios socioassistenciais.

Para a operacionalização desta política, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)¹ definiu um conjunto de regras e instrumentos de operacionalização da assistência social. Entre esses instrumentos, destaca-se a necessidade da efetiva instituição e funcionamento de: Conselho de Assistência Social, de composição paritária entre governo e sociedade civil; Fundo de Assistência Social, com orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência Social; e Plano de Assistência Social². Esses mecanismos de gestão, controle democrático e participativo e financiamento são os principais instrumentos para materialização da LOAS/PNAS (Política Nacional de Assistência Social) nos municípios brasileiros.

Ao estudar a PNAS, identifica-se um desafio na implementação dos benefícios e serviços e socioassistenciais na maioria dos municípios brasileiros.

Assim, a presente pesquisa buscou compreender a forma de organização e funcionamento dos mesmos no município de Cachoeira e como interferem na efetivação dos benefícios/direitos socioassistenciais.

Para a construção deste trabalho, foram utilizadas como fontes as bases de dados de órgãos governamentais³, bem como observação participante em grupos focais, visitas a equipamentos públicos da assistência social municipal e entrevistas a profissionais, gestores, conselheiros (as) e usuários (as). Trata-se de uma pesquisa qualitativa, estudo de caso, porém com relevância para os dados quantitativos.

SITUANDO O MUNICÍPIO DE CACHOEIRA/BA

O município de Cachoeira está situado no Território de Identidade do Recôncavo da Bahia³, essa divisão da Bahia em Territórios de Identidade ocorreu através do Decreto Estadual, nº 12.354, de 25 de agosto de 2010, com o objetivo de identificar prioridades temáticas definidas a partir da realidade local, possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões, o Governo da Bahia

1 Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993.

2 Informações coletadas no : Censo SUAS; SUAS Web; Dados do IBGE.

3 Congrega 19 (dezenove) municípios: Cabaceiras do Paraguaçu – Cachoeira, Castro Alves - Conceição do Almeida - Cruz das Almas - Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira - Maragogipe - Muniz Ferreira - Muritiba - Nazaré - Salinas da Margarida - Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus - São Felipe - São Félix - Sapeaçu - Saubara – Varzedo.

passou a reconhecer a existência de 27 Territórios⁴ de Identidade, constituídos a partir da especificidade de cada local.

Cachoeira, cidade que respira história, tem uma característica marcante com seus prédios e casarios que preservam a sua identidade histórica e cultural, sendo um importante roteiro turístico do estado da Bahia. A imponência do seu casario barrocos das suas igrejas e museus, levou a cidade a alcançar o status de “Cidade Monumento Nacional” e “Cidade Heroica” pela participação decisiva nas lutas pela independência do Brasil, a partir do Decreto 68 045, de 13 de Janeiro de 1971.

A cidade teve seu apogeu econômico e cultural durante os séculos XVIII e XIX, quando seu porto era utilizado para escoamento de grande parte da produção agrícola do Recôncavo baiano como um todo, além disso, era um importante porto de passageiros, servindo de ligação entre a região e a Capital, ou Cidade da Bahia como era chamada (RISÉRIO, 2004). Os principais produtos da região eram açúcar e fumo, produtos até hoje produzidos em Cachoeira, porém o cultivo da cana de açúcar vem cedendo lugar para o cultivo de eucalipto, mudando significativamente a paisagem da região.

A vila de Cachoeira foi, por muito tempo a principal localidade da região, sendo importante polo de relações econômicas e políticas, composta pela sede e mais sete Freguesias: Senhor Deus Menino de São Félix; São Pedro de Muritiba; Nossa Senhora do Desterro do Outeiro Redondo; Nossa Senhora do Bom Sucesso da Cruz das Almas; São Thiago do Iguape; Nossa Senhora da Conceição da Feira e Santo Estevam do Jacuípe (SANTOS, 2009).

A próspera cidade de Cachoeira teve no século XIX um significativo desenvolvimento econômico e social, em particular pela presença de dois meios de transporte que possibilitavam que ali fosse um grande centro de escoamento de cada região. Mercadorias vindas de diversas partes do estado da Bahia (BACELAR, 1975). Em outubro de 1819, Cachoeira tem o pioneirismo de dar início a navegação a vapor no Brasil.

O vapor, associado a presença de uma estação férrea possibilitou a condição de importante polo de escoamento de riquezas da Bahia. Mercadorias vindas de diversas partes do estado da Bahia (BACELAR, 1975). Em outubro de 1819, Cachoeira tem o pioneirismo de dar início a navegação a vapor no Brasil. O vapor, associado a presença de uma estação férrea possibilitou a condição de importante polo de escoamento de riquezas da Bahia.

No início do século XX, porém, a economia da cidade entrou em declínio,

4 O território é conceituado como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial. Secretaria do Planejamento - Governo da Bahia <http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17> . Acessado em 24/01/2018.

tendo como fatores mais importantes as crises do fumo e do açúcar – iniciadas no final do século XIX; e a chegada da Petrobras (em meados do século XX) na região que favoreceu alguns municípios, ficando uma grande maioria sem ser contemplado, a exemplo de Cachoeira. Esse declínio, que se choca com o apogeu da época da colônia e início do império, traz impactos tanto nas relações estaduais como nacional, o que perdura por longo período.

Finalmente, já começado o século XXI, se reconhece que o Recôncavo é uma região onde se concentram relações econômicas e políticas conflitivas, que surgem das novas formas de concentração de poder econômico: a predominância indiscutível da influência da produção de petróleo e derivados e a renovação da produção canavieira. Outra vez, torna-se necessário reconhecer que há uma internacionalidade seletiva, que tem seus modos próprios de gerar pobreza e exclusão social. Para estabelecer uma visão atual do Recôncavo como região e enquanto lugar de um processo social, ou seja, para ver essa região na perspectiva histórica de sua formação social, é preciso acompanhar a relação entre suas ligações com o exterior e a estruturação social local somente se recuperando no final do século, quando novas empresas se instalaram na região (PEDRÃO, 2007).

A significativa presença de afrodescendentes com suas manifestações históricas e sociais possibilitam uma riqueza enorme cultural, porém marcada pela herança da escravidão com traços negativos na formação social e econômica brasileira. A marca do trabalho escravo se reflete no cenário contemporâneo, através das expressões da questão social que atinge cruelmente a população negra do Brasil e, em particular de Cachoeira.

CACHOEIRA: A RICA CIDADE POBRE

Ao analisar o perfil populacional de Cachoeira, destaca-se que o município de Cachoeira, ao contrário de outros no estado da Bahia e até mesmo de municípios do Recôncavo, possui um número equilibrado de homens e mulheres residentes entre zona urbana e rural, apresentando um número maior da população feminina tanto na zona rural como urbana.

A população total de Cachoeira, segundo o censo do IBGE⁵ 2010 é de 32.026 habitantes, e com estimativa para 2017 de 35.139 pessoas e com densidade demográfica de 81,03 hab/km².

Cachoeira possui 49% de pessoas residentes na zona rural e com um pequeno predomínio da população urbana 51%. No tocante ao sexo a população cachoeirana está dividida entre 48% de homens e 52 % de mulheres. Os homens estão em concentração igual nas duas áreas, ou seja, 50% em cada uma (urbana e

5 IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

rural), já as mulheres estão em maioria na zona urbana (53%) (IBGE, 2018).

Observa-se que os bens duráveis de maior frequência entre os moradores tanto da zona urbana como na zona rural são, em ordem numérica: televisão; rádio; geladeira e aparelho celular. A televisão é um meio de comunicação teve uma popularização e um consumo crescente, em particular com a energia elétrica chegando nas zonas rurais, assim como a geladeira. O rádio tem um fator cultural forte no interior e o celular que é um meio de comunicação de fácil uso e que pode ter baixo custo e também com grande aderência em toda a população (IBGE, 2018).

Para além do consumo e do perfil populacional, entre sexo, distribuição de população em zona urbana e rural, existem outros elementos, importantes que merecem destaque como a PEA – **População Economicamente Ativa** – em Cachoeira. Ao analisar a situação da população economicamente ativa em Cachoeira, evidencia-se que existe uma predominância do sexo masculino e uma maioria de pessoas sem qualificação profissional/educacional, pois a prevalência é de pessoas sem instrução ou com o fundamental incompleto. Ainda com relação a população economicamente ativa, a maioria é composta por negros e pardos (IBGE, 2018).

Um dado que chama atenção é a prevalência de mulheres na condição de não economicamente ativa, o que pode-se auferir a aspectos culturais do patriarcado e na condição de subalternidade da mulher, ainda vigente no cenário contemporâneo (IBGE, 2018)

Entretanto, ao analisar os dados do último censo do IBGE para o município de Cachoeira, pode-se verificar que o município não está entre os que possuem os piores rendimentos do país:

Segundo o IBGE em 2015, o salário médio mensal era de 1.9 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 11.3%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 93 de 417 e 76 de 417, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 2500 de 5570 e 3001 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 48.6% da população nessas condições, o que o colocava na posição 296 de 417 dentre as cidades do estado e na posição 1639 de 5570 dentre as cidades do Brasil (IBGE, 2017).

Complementando estas informações, o visor SUAS⁶, aponta que a população de Cachoeira em extrema pobreza, de acordo com o Censo do IBGE 2010, é de 5.587 habitantes (17,44%), sendo 1.335 de pessoas entre 0 a 9 anos; 671 pessoas de 18 a 24 anos e 142 pessoas com 60 anos ou mais. O que chama atenção é que as pessoas que estão em extrema pobreza, são na sua maioria pessoas que estão

6 <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/suasag/index.php>, acessado em 21/11/2017

nos extremos geracionais⁷ (4,61%), ou seja, sem condições para o labor, o que merece uma atenção especial, por parte dos entes públicos municipais.

Observa-se uma diminuição dos indicadores de pobreza no município, porém continua sendo um grande desafio da gestão municipal a implantação de políticas sociais públicas que venham a enfrentar a pobreza no município, superando as desigualdades e com ações efetivas de enfrentamento a pobreza (para além dos programas oferecidos pelo Governo Federal).

OS DIREITOS SÓCIOASSISTENCIAIS EM CACHOEIRA

O município de Cachoeira⁷ é classificado no âmbito do Ministério da Cidadania como um município de pequeno porte II, e habilitado no nível de gestão básica dessa política pública de assistência social.

As informações a seguir descrevem aspectos da gestão pública municipal do órgão gestor responsável pela execução da política pública de assistência social, ou seja, Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), cuja forma de organização cumpre alguns dos princípios organizativos estabelecidos na Política Nacional de Assistência Social (2004), ou seja, a existência do comando único por esfera de gestão da política pública de assistência social e instâncias de controle social e democrático com a participação da sociedade civil organizada, ou seja, o Conselho municipal de assistência social.

Um dos aspectos acerca das finanças públicas do município de Cachoeira no que se refere à Política de Assistência Social destaca-se que a Gestão Financeira e Orçamentária está constituída como subdivisão administrativa (departamento) na estrutura do órgão gestor de maneira informal (dados do Censo SUAS 2016)⁸, essa forma de organização é um óbice para o exercício do controle social e para o aprimoramento da gestão da política de assistência social.

No entanto, o município cumpre o Art. 30 da LOAS o qual estabelece a criação e funcionamento das seguintes instâncias:

I - Conselho de Assistência Social, de composição paritária entre governo e sociedade civil;

II - Fundo de Assistência Social, com orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência Social;

III - Plano de Assistência Social.

Parágrafo único. É, ainda, condição para transferência de recursos do FNAS aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a comprovação

⁷ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/cachoeira/panorama>, 21/11/2017.

orçamentária dos recursos próprios destinados à Assistência Social, alocados em seus respectivos Fundos de Assistência Social, a partir do exercício de 1999. (Incluído pela Lei nº 9.720, de 30.11.1998).

Acerca da existência dessas instâncias no município de Cachoeira cabe destacar a função do Fundo Municipal de assistência social na gestão dessa política pública social, de acordo com o estabelecido no Art. 48 da NOB⁸/SUAS 2012, todas as receitas e despesas executadas para fins de materialização de ações, serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social devem ser alocadas nesse Fundo Municipal garantindo assim os princípios do orçamento público brasileiro em vigor.

Cabe registrar que todas as informações sobre as despesas públicas municipais do município de Cachoeira estão disponibilizadas no site : <http://cachoeira.ba.gov.br/>. No entanto, algumas informações acerca dos recursos alocados no Fundo Municipal de Assistência Social foram levantados através do SUAS WEB.

Os dados financeiros revelam que Cachoeira como outros municípios de pequeno porte II, executam as suas despesas com recursos financeiros próprios e com transferência da União e do Estado.

A Lei Orçamentária Municipal aprovada em 02 de janeiro de 2018, apresenta o valor de R\$ 3.226.803,52(três milhões duzentos e vinte seis mil oitocentos e três reais e cinquenta e dois centavos) alocados no Fundo Municipal de Assistência Social, lembrando que esses recursos são do Orçamento da Seguridade Social cujo valor definido nessa LOA é de R\$17.987.495,40 (dezessete milhões novecentos e oitenta sete mil quatrocentos e noventa e cinco reais e quarenta centavos), ou seja é destinado menos de dois por cento (2%) desse valor para a política de assistência social, quase noventa e oito por cento (98%) dos recursos são destinados para política de saúde, ou seja, estão alocados no Fundo Municipal de Saúde(pág.06) R\$ 14.720,691,88 (quatorze milhões setecentos e vinte mil seiscentos e noventa e um reais e oitenta e oito centavos).

O desequilíbrio na distribuição desses recursos públicos impacta de sobremaneira a oferta da política municipal de assistência e muitas ações dessa política em Cachoeira são mantidas com recursos do co-financiamento federal e estadual.

Corroborando com essas informações as despesas com a política de assistência social, segundo dados do relatório de informações sociais, alcançaram apenas 2,28% do orçamento total, esse valor é inferior à média de todos os municípios do estado da Bahia que chegam a executar 2,94% do total dos seus orçamentos públicos municipais.

Os dados revelam também que a gestão municipal de Cachoeira cumpre o

8 NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

estabelecido na resolução N.109/2009 do CNAS que definiu as ofertas dessa política pública de acordo com a Tipificação⁹ Nacional de Serviços Socioassistenciais e observa também os níveis de proteção de acordo com o previsto na NOB-SUAS 2012, em proteção básica e proteção especial (média e alta complexidade).

Em relação aos recursos humanos da secretaria municipal de assistência social, de acordo com os dados levantados no Plano municipal e Assistência Social em vigor (2013 -2017).

O órgão gestor da política de assistência social dispõe de 90 (noventa) servidores, de diversas formações, distribuídos nos 13 (treze) equipamentos públicos de atendimento (sede da secretaria municipal, três equipamentos CRAS¹⁰, um equipamento CREAS¹¹, duas Unidades para Oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, uma Central do Cadúnico, um Centro de Qualificação Profissional, uma Central do PAA, uma Defensoria Pública, Velório Municipal, uma agência do Credibahia) localizados no território municipal, formando o quadro de profissionais e trabalhadores do SUAS.

Dentre os servidores, 57% são contratados e 17% comissionados o que torna os serviços oferecidos suscetível à mobilidade profissional devido à fragilidade do vínculo, principalmente nos períodos de transição de gestão. Em vista de atender as normativas da NOB/SUAS/RH verifica-se a necessidade de realização de concurso público para efetivação dos servidores do SUAS. Apesar deste quadro 23% são efetivos, assegurando uma continuidade, ainda que parcial, das atividades desenvolvidas na Secretaria municipal de assistência social do município.

Mais recentemente (outubro de 2017) foi inaugurado o Balcão de Justiça e Cidadania em parceria com o TJ/BA¹² como um mecanismo de facilitação de acesso à Justiça.

Existem dois CRAS localizados na zona rural e que atendem parte desta população, dentro dos padrões especificados pelas normas técnicas da assistência social, todos com boas condições de funcionamento e com espaços físicos razoáveis. Existe um CRAS na zona urbana e um CREAS, que muitas vezes confundem as funções destinadas a cada um deles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir, que o município de Cachoeira, possui os principais equipamentos da política de assistência social, atendendo aos seus municípios. Entretanto, salienta-se que apesar da existência destes equipamentos, eles não

9 Resolução N.109/CNAS/2009.

10 CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

11 CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

12 Tribunal de Justiça da Bahia

atendem de forma suficiente a população que deles necessita. Um óbice inicial é a questão orçamentária/financeira, uma vez que inexistente percentual definido para gastos com a política de assistência social, o que fica mais evidente ao se comparar com outras políticas sociais, a exemplo da política de saúde. Outro fator de destaque e dificultador para a efetivação da política de assistência social no âmbito municipal é a localização de alguns equipamentos (CRAS e CREAS) e a dificuldade de acesso.

Alguns pontos foram destacados acerca da política de assistência social de Cachoeira: A ausência da disponibilidade de carro para os dois equipamentos localizados na zona urbana, para que possam realizar visitas domiciliares e outras atividades que requeiram deslocamento da equipe técnica; a necessidade de contratação por concurso público de profissionais tanto para completar as equipes atuais como para possível formação de novas equipes, como por exemplo equipes volantes, dado a dificuldade de acesso de alguns usuários da política que residem em áreas mais distantes da zona urbana, seguindo a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB/RH/SUAS) e Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) Nº 17/2011; construção de planejamento estratégico/situacional em articulação com a sociedade civil; levantamento diagnóstico para identificar as vulnerabilidades por domicílio, visando a busca ativa, o monitoramento e a vigilância social local; implementação da Política Municipal de Educação Permanente do SUAS.

Por fim, chama atenção a importância da existência de uma articulação constante entre a Universidade e os municípios situados no Recôncavo baiano, tanto para a realização de pesquisas, que possibilitem uma mudança no cenário local, como através de projetos de extensão com ações concretas na região, de forma que a Universidade/UFRB cumpra o seu papel social de articulação e diálogo com a comunidade local.

REFERÊNCIAS

ALAYÓN, Noberto. Introducción y El asistencialismo, lo asistencial y la política social(Cap IV) In: Asistencia y Asistencialismo ¿Pobres controlados o erradicación de la pobreza? - 4ª ed. Buenos Aires: Lumen, 2008.

BACELAR, J. A. Esboço sócio histórico da cidade de Cachoeira. Fundação do Patrimônio Artístico Cultural. Salvador, 1975. 18 p. mimeografado. 2007

BOSCHETTI, Ivanete. Dos Direitos do Trabalho à Cidadania Social (Cap III). In: Seguridade Social e Trabalho: paradoxos na construção das políticas de previdência e assistência social no Brasil. Brasília: Letras Livres: Editora UnB, 2006.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. Artigos 193 a 204 (1988)

BRASIL, Presidência da República. Lei Orgânica de Assistência Social, nº 8.742/1993. (Com as alterações da Lei 12.435/2011)

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Política Nacional de Assistência Social, Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social, Brasília, 2012.

BRASIL; Conselho Nacional de Assistência Social. Tipificação Nacional de Assistência Social (Resolução CNAS Nº 109, de 11 de novembro de 2009). Brasília: MDS, 2009.

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira Silva; RAICHELIS, Raquel. O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez, 2010.

PEDRÃO, Fernando. Novos e velhos elementos da formação social do Recôncavo da Bahia de todos os santos. Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras. vol. 1 (1), Cachoeira: 2007.

SANTOS, R.S. da. Cultura política e participação no Recôncavo baiano hoje: uma análise sobre Cachoeira e São Felix. 2009, 165f. Dissertação (Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufba.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2872> Acesso em 24 nov. 10.

SPOSATI, Aldaíza Oliveira. Assistência na Crise; Política Social e o Assistencial. In: A Assistência na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

TAVARES, Gisele de Cássia. O financiamento no SUAS e as condições para a efetivação dos direitos socioassistenciais. In: CRUS, José Ferreira [et al]. Coletânea de Artigos Comemorativos dos 20 Anos da LOAS. 1. ed. Brasília: MDS, 2013.

SOBRE A ORGANIZADORA

LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE - Possui graduação em serviço social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013) e Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2018). Atualmente é assistente social do Centro de Socioeducação de Ponta e tutora da especialização em Gestão Pública/RESTEC pela UEPG. Atua principalmente nos seguintes temas: criança e adolescente, assistência social, políticas públicas, cidadania e família.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adventure games 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67

Alimentos 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 192, 193, 194, 271

Amapá 189, 190, 193, 194, 195

Amazônia 160, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 174, 189, 191, 192, 195

Apontamentos 96, 144, 148, 157

Assistência social 254, 255, 259, 261, 263, 277, 278, 282, 283, 284, 285, 286, 287

Atividades de aventura 16, 17, 18, 19, 22, 25, 27

B

Benefícios 19, 22, 76, 162, 235, 261, 277, 278, 283

C

Câmbio 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253

Capital improdutivo 265, 266, 267, 275, 276

Capitalismo 66, 150, 190, 191, 199, 216, 220, 221, 225, 265, 269, 270, 273, 275

Comércio 104, 192, 210, 226, 228, 238, 240, 241, 242, 243, 244, 246, 247, 250, 251, 266

Comportamento do consumidor 197, 201, 202, 208, 238

Comunicação 20, 23, 24, 67, 71, 86, 88, 95, 116, 131, 135, 137, 139, 142, 143, 154, 160, 161, 165, 166, 169, 170, 172, 173, 194, 197, 198, 200, 201, 202, 205, 209, 210, 237, 281

Comunicação integrada de marketing 202

Comunidade Quilombola de Piqui da Rampa 28

Crescimento 17, 68, 101, 119, 120, 122, 127, 128, 170, 176, 190, 192, 198, 200, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 218, 219, 220, 221, 222, 242, 244, 266, 271, 273, 274

D

Decolonialidade 189

Demanda 31, 68, 69, 75, 83, 118, 120, 128, 205, 206, 224, 225, 227, 231, 232, 233, 237, 244, 249, 252, 261, 266

Desenvolvimento sócio econômico sustentável 28

Direito à educação 77, 78, 79, 80, 84, 85

Direitos 7, 37, 69, 72, 74, 76, 77, 80, 81, 84, 85, 88, 91, 115, 137, 139, 161, 164,

216, 217, 219, 220, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 268, 277, 278, 282, 285, 286

Discurso 94, 95, 98, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 130, 132, 138, 142, 160, 164, 165, 167, 168, 190, 194, 195, 219

Documentações 1, 2, 3, 5, 7, 8, 9, 12

E

Economia 29, 68, 69, 158, 166, 195, 198, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 221, 222, 223, 229, 240, 243, 244, 252, 253, 265, 266, 267, 272, 274, 275, 279

Educação infantil 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85

Educação popular 130, 132, 135, 136

Eleição 3, 165, 166, 174, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187

Emprego doméstico 254, 255, 256, 257, 258, 260

Empresas 54, 57, 58, 65, 68, 69, 72, 73, 74, 75, 128, 137, 158, 162, 174, 175, 178, 182, 186, 192, 198, 199, 200, 203, 205, 206, 207, 209, 210, 217, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 237, 238, 252, 268, 269, 270, 271, 276, 280

Ensino superior 118, 120, 121, 122, 127, 128, 129, 262

Escalada em rocha 16, 17, 18, 20, 21, 22, 25, 26, 27

Escola 21, 22, 23, 79, 80, 84, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 128, 138, 156, 158, 192, 265

Estratégia 52, 57, 63, 136, 160, 161, 165, 184, 186, 192, 202, 208, 223, 233, 235, 237

F

Fronteira 8, 106, 177, 192, 240, 241, 242, 243, 245, 246, 247, 248, 251, 252, 253, 275

G

Geopolítica 160, 162

Gestão Municipal 277, 282, 283

Governança corporativa 265, 268, 269

Graduação 23, 41, 66, 67, 92, 93, 116, 118, 119, 124, 125, 126, 127, 129, 148, 150, 153, 154, 155, 157, 195, 238, 287

I

Inclusão 72, 73, 76, 118, 122, 123, 129, 224, 258, 264, 267

Informação 2, 10, 19, 22, 42, 69, 86, 88, 91, 92, 108, 121, 122, 131, 140, 157, 169, 183, 254, 258, 259, 261, 262, 263, 267, 272

J

Janary Nunes 189, 190, 191, 193, 194

Jogos eletrônicos 42, 43, 44, 48, 50, 51, 62, 65, 66

L

Lazer 1, 2, 10, 12, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 35, 71

Legislação 4, 12, 68, 69, 75, 179, 188, 216, 219, 247

Leitura 59, 61, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 96, 136, 148, 180, 264

Líder religioso 130

Logística 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188

M

Marketing de relacionamento 197, 198, 199, 202, 203, 204, 206, 207, 208, 209

Maturidade 118, 119, 129, 198, 200

Mediador comunicativo 130, 132, 133

Mercado 30, 33, 36, 42, 44, 52, 57, 63, 69, 72, 73, 74, 76, 79, 87, 88, 121, 161, 162, 170, 178, 179, 191, 192, 193, 198, 199, 200, 201, 203, 205, 206, 207, 209, 210, 211, 212, 214, 216, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 234, 236, 237, 238, 239, 241, 242, 244, 245, 247, 248, 252, 254, 255, 260, 263, 272

Microempresa 224, 225, 226, 231, 238

Ministério Público 77, 78, 82, 83, 85, 183

Modernidade líquida 197

N

Narrativa interativa 42, 48

P

Pessoas com deficiência 68, 69, 72, 74, 75, 76, 220

Pluralidade histórica 144

Poder Judiciário 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 180, 181

Práticas alimentares 189, 190, 191, 193, 194, 195

Precarização 212, 216, 222, 223

Projeto 34, 38, 39, 40, 55, 132, 138, 142, 143, 174, 176, 194, 230, 251, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 277

R

Relações sociais 16, 32, 33, 36, 98, 99, 100, 101, 114, 121, 156

Rotulagem de alimentos 86, 88, 89, 90, 91, 92

S

Sentido de pertença 144

Sociabilidade violenta 94, 99, 100, 103, 109, 115

Sujeito 94, 95, 96, 97, 101, 102, 103, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 128, 147, 161, 164, 165, 200, 248

T

Trabalho 3, 8, 22, 23, 25, 28, 29, 32, 35, 37, 38, 39, 65, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 84, 86, 88, 92, 93, 95, 96, 99, 100, 103, 104, 107, 110, 113, 114, 121, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 147, 150, 153, 177, 183, 187, 189, 192, 197, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 226, 228, 229, 238, 252, 254, 255, 256, 257, 258, 260, 261, 262, 263, 264, 266, 273, 275, 277, 278, 280, 285

Turismo étnico cultural consciente 28

Turismo Internacional 1

U

Uberização 211, 212, 213, 216, 217, 219, 221, 223





Universidades 44, 86, 198

Urnas eletrônicas 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 187





V

Violência física 94, 95, 96, 98, 103, 106, 107, 109, 110, 114

Vistos 1, 4, 5, 7, 8, 9, 12, 13, 14, 15, 36, 65, 145, 161, 215

www.atenaeditora.com.br 
contato@atenaeditora.com.br 
[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 
www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Ciências Sociais Aplicadas: As Relações como Meio de Compreender a Sociedade

www.atenaeditora.com.br 
contato@atenaeditora.com.br 
[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 
www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Ciências Sociais Aplicadas: As Relações como Meio de Compreender a Sociedade